

EXMO SR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Caio Nunes Oliveira Marques, solteiro, vereador em exercício, portador do RG nº19744021, inscrito no CPF sob o nº 066.535.906-31, residente e domiciliado na Av. Cinco, 426, Medalha Milagrosa, Campina Verde MG, 38270-000, vem, a presença de Vossa Exma, apresentar

REPRESENTAÇÃO

em face do Município de Campina Verde, inscrito no CNPJ sob o nº 18.593.103/0001-78, com endereço comercial na Rua Trinta, 296, Medalha Milagrosa, Campina Verde/MG, com endereço eletrônico contato@campinaverde.mg.gov.br, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1 – Dos Fatos

Inicialmente, se faz necessário, relatar a falta de transparência do Portal da Transparência do Município de Campina Verde, além do mais, o Executivo sempre dificulta o exercício da vereança aos Vereadores que dela necessitem e buscam exercer seu poder/dever de Fiscalização.

No decorrer das atividades fiscalizadoras deste representante do Povo de Campina Verde, o Executivo coloca inúmeras dificuldades, não respondendo ofícios direcionados solicitando informações, muito menos, mantendo o portal da transparência, ferramenta essencial para o controle social, e também, muito útil para o auxílio ao vereador, com as informações completas de forma clara, precisa e de fácil entendimento.

2 – Dos Fundamentos

Preconiza a Constituição Federal de 1988, art. 5º, XXXIII, que “todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”, além deste dispositivo legal, temos na própria constituição federal de 1988, em seu art. 37, os princípios norteadores da Administração Pública, mantendo como obrigação a Publicidade, como regra.

O direito de acesso à informação se coloca em dois prismas distintos: enquanto direito subjetivo de acesso à informação individual e como exposição das opções políticas e suas razões justificantes que permitem ao cidadão o controle da efetividade da administração pública e tutela dos direitos coletivos.

Para fortalecer este princípio, tivemos a criação da Lei 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que constitui importante veículo normativo que instrumentaliza o cidadão de meios de acesso à informação, seja no âmbito da proteção dos direitos individuais ou na tutela dos direitos coletivos transindividuais, inclusive a previsão de sanção à recusa ou demora no fornecimento da informação ou do local onde possa ser encontrada.

A aplicação dos dispositivos da Lei n.º 12.527/2011 representa importante caminho para eficácia do princípio da transparência, bem como os subprincípios que o sustentam como a

publicidade, a finalidade e a motivação, além dos próprios mecanismos constitucionais de controle dos atos da administração.

A estruturação da administração pública na Constituição Federal de 1988, impõe uma gestão transparente como imperativo para identificação de ações estatais legítimas. Denota-se, portanto, que a transparência dos atos estatais é pressuposto inarredável para legitimação dos atos da administração pública.

É nesse aspecto que a Lei n.º 12.527/2011 representa importante instrumento de democratização e legitimação dos atos da administração pública, a partir da previsão de mecanismos de acesso à informação que possibilitam a participação e o controle da sociedade civil na tutela dos direitos individuais e coletivos.

Estas são as ferramentas legais que amparam a Sociedade no exercício e controle da Administração Pública, ferramentas essenciais para inibir ou coibir práticas abusivas, e que afetem diretamente a coletividade, além de, efetivar políticas públicas e ser um auxiliar de Fiscalização aos órgãos de controle público.

Coaduna com a Lei supramencionada, e o exercício da vereança, o Regimento Interno da Casa Legislativa, que estabelece em seu art. 123, § 3º, X o dever legal de solicitar informações ao Prefeito, após deliberação em plenário, o que, conforme documentos acostados, foram devidamente satisfeitos por parte do Vereador em exercício.

É pacificado em nosso sistema jurídico, o Dever do Prefeito prestar informações solicitadas pela Casa Legislativa no prazo de 30 dias, sendo por Simetria, aplicado o art. 50 da CF/88, in verbis:

“As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não – atendimento, no prazo de **trinta dias**, bem como a prestação de informações falsas”.

Conforme dispõe o art. 31 da Constituição Federal, “a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei”. Assim, para exercer esse mister, a Câmara de Vereadores, independentemente da competência dos Tribunais de Contas, poderá pedir documentos ou informações ao Poder Executivo.

Nota-se uma falta de respeito do Executivo para com a Sociedade, ao manter um portal da transparência em desacordo com a Legislação vigente, e principalmente, com a Casa Legislativa ao não responder e encaminhar as informações ora solicitadas.

3 – Dos Pedidos

Mediante ao exposto, pede-se e requer-se:

1. Que seja aceita esta representação e notificado a Prefeitura Municipal de Campina Verde/MG;
2. Que seja aberto processo para apuração das irregularidades narradas, e sua devida correção;
3. Que sejam disponibilizadas de imediato as informações solicitadas pelo Vereador, para a realização da Fiscalização e Controle Externo.

Nestes termos,

Pede-se e espera-se deferimento.

Campina Verde, 21/05/2024.

Caio Numes Oliveira Marques
Vereador Campina Verde
Legislatura 2021-2024